



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Ata n.º 294 -----

----- Aos vinte e nove dias do mês de outubro de dois mil e doze, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu em sessão extraordinária a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Presidente da Assembleia, Senhor Luís António Sousa Pinto dos Santos, e secretariada pelo Primeiro Secretário, Senhor Jorge Manuel da Silva Loureiro, e pela Segunda Secretária, Senhora Anabela de Seabra Santos, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- **Período da Ordem do Dia:**-----

----- Ponto um: *"Apresentação, discussão e votação do pedido de autorização de contração de um empréstimo a longo prazo, proposto pela Câmara Municipal, para financiamento dos investimentos: "Centro Escolar de Sangalhos"; "Beneficiação do troço entre a EM 612 e a Rotunda da EN 1/IC 2 (Rotunda da EB 2/3 de Anadia)"; "Beneficiação da Estrada de Ligação do Cruzamento da EN 334 (São Lourenço do Bairro) ao Cruzamento da EN 333-1 (Ancas)"; "Beneficiação da Estrada de Ligação da Mata da Curia à EN 334 (São Lourenço do Bairro)"; "Beneficiação da Estrada de Ligação da Mata da Curia à EN 334 (São Lourenço do Bairro)", "Beneficiação da Estrada de Ligação da EM 602, entre a Rotunda de Levira e o Cruzamento com o CM 1670"; "Beneficiação do CM 1670, entre os Cruzamentos da EM 602 e da EM 630"; "Beneficiação do troço da EM 331, entre a Relvada e a EM 602 (Bemposta)" e "Pista de BMX", de acordo com o estabelecido na alínea d) do n.º 2 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia";*-----

----- Ponto dois: *"Apreciação da informação semestral referente à situação económica e financeira do Município, prevista na alínea d), do n.º 3, do art.º 48.º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro – Lei das Finanças Locais";*-----

----- Ponto três: *"Apreciação, discussão e votação dos contributos apresentados pela Câmara Municipal, a solicitação da ANMP, sobre os projetos de diplomas legais: Lei da Organização do Sistema Judiciário e Regime de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciários, nos termos da alínea n) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA".*-----

----- Tendo sido constituída a Mesa e verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão pelas dezoito horas e cinco minutos.-----

----- À sessão compareceram os seguintes Senhores Deputados Municipais dos indicados Grupos Municipais (GM):-----

- • Luís António Sousa Pinto dos Santos – GM do PPD/PSD;-----
- • Jorge Manuel da Silva Loureiro – GM do PPD/PSD;-----
- • Manuel Maria Cardoso Leal – GM do PS;-----
- • Anabela de Seabra Santos – GM do PPD/PSD;-----
- • António Rafael das Neves Timóteo – GM do PPD/PSD;-----
- • Lúcia Maria das Neves Pires Cêrca – GM do PS;-----
- • Dino Augusto Ferreira Rasga – GM do PPD/PSD;-----
- • Maria Lúcia Braga Araújo – GM do PPD/PSD;-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- • Rui António de Almeida Marinha – GM do PS;-----
- • José Lagoa Duarte – GM do PPD/PSD;-----
- • Carlos Manuel do Cruzeiro Oliveira – GM do PPD/PSD;-----
- • Mónica Rita Pimenta Lousado – GM do PS;-----
- • João Alves Morais – GM da CDU;-----
- • Maria Alexandra Ferreira Henriques – GM do PPD/PSD;-----
- • João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo – GM do CDS-Partido Popular;-----
- • Pedro Miguel da Costa Pereira Dias – GM do PPD/PSD;-----
- • André Miguel Matos Beja Henriques – GM do PS.-----
- • Francisco Manuel Gonçalo Saraiva – GM do PPD/PSD;-----
- • Jennifer Nunes Pereira – GM do PPD/PSD;-----
- • Tiago Pereira Coelho – GM do PS;-----
- Não compareceu à sessão o seguinte Senhor Deputado Municipal, do indicado Grupo Municipal (GM):-----
- • Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões – GM do CDS-Partido Popular;-----
- Compareceram igualmente à sessão os seguintes Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF), dos seguintes GM:-----
- • José Cerveira Lagoa – GM do PS – PJF de Aguim;-----
- • Joaquim de Oliveira Cosme – GM do PPD/PSD - PJF da Amoreira da Gândara;-----
- • Arménio de Almeida Cerca – GM do PPD/PSD – PJF de Ancas;-----
- • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do PPD/PSD - PJF de Arcos;-----
- • César Henrique de Seabra Rangel e Andrade – GM do PPD/PSD – PJF de Avelãs de Caminho;-----
- • Manuel Baptista Veiga – GM do PPD/PSD – PJF de Avelãs de Cima;-----
- • José Maria de Almeida Ribeiro – GM do PS – PJF de Mogofores;-----
- • António Guilherme dos Santos Andrade – GM do PPD/PSD – PJF da Moita;-----
- • Henrique Manuel Lameirinhas Almeida Rodrigues – GM do PPD/PSD – PJF de Óis do Bairro;-----
- • Joaquim Moreira da Cruz – GM do PPD/PSD – PJF de Paredes do Bairro;-----
- • António Floro dos Santos Ferreira – GM do PPD/PSD – PJF de Sangalhos;-----
- • Leonildo Moreira da Silva Macedo – GM do PPD/PSD – PJF de São Lourenço do Bairro;---
- • Óscar dos Santos Ventura – GM do PPD/PSD – PJF de Tamengos;-----
- • António Manuel Pereira Duarte – GM do PPD/PSD – PJF de Vila Nova de Monsarros;-----
- • Mário Augusto Carreira Heleno – GM do PPD/PSD – PJF de Vilarinho do Bairro.-----
- Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes os seguintes membros:-----
- • Litério Augusto Marques – PPD/PSD – Presidente;-----
- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – PPD/PSD - Vereadora e Vice-Presidente;-----
- • Lino Jorge Cerveira Pintado – PS – Vereador;-----
- • Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – PPD/PSD – Vereador;-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- • Aníbal José Franco Ferreira – PPD/PSD – Vereador;-----
----- • José Carlos Ventura de Almeida Coelho – PS – Vereador;-----
----- • Rosa Maria Tomás da Conceição – PPD/PSD – Vereadora.-----

----- Declarada aberta a sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Anadia de vinte e nove de outubro, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por dar a conhecer ao Plenário que não se encontravam na sala os Senhores Deputados António Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do PPD/PSD, Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, Mónica Lousado, do Grupo Municipal do PS, Maria Alexandra Henriques, do Grupo Municipal do PPD/PSD, João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, André Henriques, do Grupo Municipal do PS, e Fernando Fernandes, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Arcos.-----

----- De imediato, deu início ao período da ordem do dia, nomeadamente ao seu ponto um: *"Apresentação, discussão e votação do pedido de autorização de contração de um empréstimo a longo prazo, proposto pela Câmara Municipal, para financiamento dos investimentos: "Centro Escolar de Sangalhos"; "Beneficiação do troço entre a EM 612 e a Rotunda da EN 1/IC 2 (Rotunda da EB 2/3 de Anadia)"; "Beneficiação da Estrada de Ligação do Cruzamento da EN 334 (São Lourenço do Bairro) ao Cruzamento da EN 333-1 (Ancas)"; "Beneficiação da Estrada de Ligação da Mata da Curia à EN 334 (São Lourenço do Bairro)"; "Beneficiação da Estrada de Ligação da Mata da Curia à EN 334 (São Lourenço do Bairro)", "Beneficiação da Estrada de Ligação da EM 602, entre a Rotunda de Levira e o Cruzamento com o CM 1670"; "Beneficiação do CM 1670, entre os Cruzamentos da EM 602 e da EM 630"; "Beneficiação do troço da EM 331, entre a Relvada e a EM 602 (Bemposta)" e "Pista de BMX", de acordo com o estabelecido na alínea d) do n.º 2 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia".-----*

----- Nessa conformidade, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal para proceder à introdução daquele ponto um da ordem do dia, tendo, antes de lhe passar a palavra, informado o plenário de que tinha acabado de dar entrada na sala a Senhora Deputada Mónica Lousado, do Grupo Municipal do PS.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, depois de cumprimentar os presentes, começou por recordar que aquele assunto já tinha sido anteriormente agendado, mas, por falta de tempo, e pelo facto de as hostes se encontrarem bastante quentes de tanta discussão, a Câmara Municipal tinha decidido retirar a proposta, encontrando-se, entretanto, naquela sessão, a solicitar a sua discussão e posterior aprovação.-----

----- Passou, então, a explicar que aquela decisão até tinha sido positiva, na medida em que entretanto a Câmara Municipal tinha podido, através da prestação de contas complementar que constava do ponto seguinte, e de acordo com a Lei, fazer a correção dos dados anteriormente fornecidos.-----

----- Assim, esclareceu que de uma forma ou de outra, o que acontecia era que o superavit da Câmara Municipal era superior ao empréstimo que tinha sido solicitado e, portanto, não compreendia como poderia alguém pensar que se tratava de um empréstimo desnecessário.



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Esclareceu, também, que os empréstimos do município, de acordo com o que estava escrito, tinham sido todos excecionados, menos o último.-----

----- Portanto, explicou que o empréstimo proposto e em discussão não iria afetar absolutamente nada à contabilidade municipal, seria mais um empréstimo que se enquadrava na capacidade de endividamento do município, conforme expresso na proposta e, à semelhança do anterior, também tinha destinatários, nomeadamente uma pista, uma escola, estradas. Ressalvou, contudo, que se o empréstimo não fosse aprovado, nada comprometeria a Câmara a realizar as obras, mas se fosse, a Câmara ficaria comprometida. Acrescentou, ainda, que a ser aprovado, a Câmara teria uma vantagem, com o tal superavit que tinha, teria de ponderar tudo o que haveria de fazer.-----

----- Continuando, referiu que a Câmara não iria com certeza apresentar superavit, poderia, quando muito, apresentar saldo zero, mas naturalmente que o queria gastar fora daquelas obras, e no entendimento das Juntas de Freguesia, e provavelmente também dos Senhores Deputados, no arranjo de muitas outras estradas que aquele empréstimo não contemplava. Referiu, assim, que se tratava de uma questão de ponderar e não de um problema de legalidade ou ilegalidade, e acrescentou que uma vez que ainda faltava o Visto do Tribunal de Contas, já estaria à espera de que algo poderia ainda acontecer, como dizerem que a Câmara já não teria tempo de o gastar, ou que ficaria anulado, ou suspenso, de entre os termos adequados que arranjavam, quanto mais não fosse o da "Refundação".-----

----- Terminou, assim, referindo que a haver qualquer pergunta que s Senhores Deputados pretendessem colocar relativamente à legalidade do empréstimo, responderia, embora aquela matéria teria que ver com o próprio Governo que, através da DGAL (Direção Geral das Autarquias Locais), na parte financeira, determinava que a capacidade de endividamento do município, por rateio, não era a verdadeira, ou que, por processos que eles estavam sempre a inventar para não darem capacidade de endividamento ao município, era aquela. Portanto, e se era aquela, concluiu que a Câmara também não queria mais para aquilo, queria simplesmente, se os Senhores Deputados entendessem aprovar, aquele empréstimo.-----

----- Decorrida a introdução efetuada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o plenário de que enquanto o Senhor Presidente da Câmara Municipal fazia a apresentação daquele primeiro ponto da ordem do dia, tinham entrado na sala os Senhores Deputados João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, e André Henriques, do Grupo Municipal do PS. Aproveitou, ainda, para fazer uma correção relativamente àquele primeiro ponto, explicando que, como os documentos referiam, o empréstimo seria a médio prazo e não a longo prazo como estava, por lapso da Mesa, indicado na convocatória.-----

----- De seguida, informou que se encontrava aberto o período de discussão daquele primeiro ponto da ordem do dia, no âmbito do qual concedeu a palavra ao Senhor Deputado Dino Rasga, do Grupo Municipal do PPD/PSD, para uma primeira intervenção.-----

----- Depois de cumprimentar os presentes, o Senhor Deputado começou por dizer que naquele



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

primeiro ponto da ordem de trabalhos, eram chamados a analisar e votar uma proposta do Executivo Camarário para contratação de um empréstimo a médio prazo de cerca de um milhão de euros. Referiu, ainda, tratar-se de uma proposta que já conheciam, e que visava financiar investimentos enumerados na mesma, a qual adiantou que dividiria em três setores, que passou a enumerar.-----

----- Em primeiro, o financiamento da construção do Centro Escolar de Sangalhos. A respeito da mesma, declarou que os Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD eram defensores do ensino Pré-primário e do Primeiro Ciclo naquele tipo de estabelecimentos, onde era possível a existência de equipamentos modernos e tecnologicamente avançados, garantindo a igualdade de oportunidades a todos os alunos que passavam a dispor de espaços educativos de dimensão e recursos adequados e que facilitariam o seu processo educativo.-----

----- O segundo sector, o da melhoria de estradas municipais, que face ao seu número dispensava citar, constatou que quando há dias tinham conhecido aquela proposta, tinha tido o cuidado de transitar por grande parte daquelas vias e constatar que eram vias onde tinha sido feita a implantação da rede de saneamento, que sabiam bem que, na sua grande maioria, após aquelas intervenções no subsolo, e mesmo que houvesse o maior cuidado nas reparação dos pisos e na compactação natural e constante das terras mexidas, iria provocar sulcos e buracos, incómodos para quem nela circulava diariamente e criava perigos inesperados ao trânsito, pondo em causa a segurança e o bem-estar das populações.-----

----- Finalmente, a Pista de BMX. Disse tratar-se de uma infraestrutura desportiva que teria uma utilização diversificada, porque seria lúdica para uns e competitiva para outros. Acrescentou, também, que aquela pista iria possibilitar a alguns jovens, naturalmente, a prática desportiva de uma modalidade não existente no Concelho, mas também na vertente competitiva, traria ao Concelho pessoas de outras zonas, beneficiando todos os setores da atividade, direta ou indiretamente.-----

----- Concluiu, assim, que os investimentos, por si só, justificavam o seu voto favorável e disse estar certo dos Deputados daquela assembleia. Contudo, adiantou que não poderia deixar de referir, também, que além dos fins em vista, havia um aspeto importante: o Presidente da Câmara, naturalmente com apoio dos seus Vereadores, tinham ao longo dos seus Mandatos dado garantias de muito boa utilização dos fundos disponíveis e, dos que pela sua perspicácia e ação, tinham conseguido canalizar para o concelho e, assim, continuar a transformar o concelho de Anadia numa terra moderna, bonita, funcional, como facilmente se constatava nas recentemente inauguradas requalificações urbanas da Cidade de Anadia e da Curia, mas também naquelas obras de requalificação por todo o concelho, que embora de menor dimensão, não eram menos importantes para as populações. Essas, adiantou que esperariam que continuassem a ser feitas regularmente e de acordo com a prioridade justificada.-----

----- Terminando, declarou que, pelos fins em vista e pela garantia da boa gestão que o Senhor Presidente da Câmara Municipal lhes dava, aquele voto favorável era consciente e ficavam certos de que o desenvolvimento e melhoria global do concelho iria continuar, para satisfação



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

das populações e das suas necessidades básicas.-----

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado Dino Rasga, do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que perguntou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal quanto iria custar a Pista de BMX, uma vez que não via o valor no documento.-----

----- Para responder, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que começou pela intervenção do Senhor Deputado Dino Rasga, do Grupo Municipal do PPD/PSD. Explicou, então, que o que levava a Câmara Municipal a pedir dinheiro era, primeiro, para aproveitar a possibilidade de fazer aquilo que tinha necessidade urgente de ser feita, e em segundo lugar, para aproveitar momentos onde as obras passaram a ter, naturalmente, custos muito mais acessíveis.-----

----- Portanto, considerou que as situações se associavam daquela maneira, em que a Câmara ganhava porque ficava com as suas vias e as suas instalações melhoradas e, portanto, essa era a sua obrigação. Esclareceu, ainda, que o dinheiro não era pedido pelo prazer de gastar, o que seria, naturalmente, loucura num momento de crise como o que atravessavam.-----

----- Em resposta ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, informou que a Pista iria custar cerca de trezentos mil euros e adiantou que a mesma se encontrava inclusivamente orçamentada no presente ano.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que tinha solicitado a palavra para uma segunda intervenção. Imediatamente antes de conceder a palavra ao Senhor Deputado, informou que entretanto tinha entrado na sala a Senhora Deputada Alexandra Henriques, do Grupo Municipal do PPD/PSD.-----

----- O Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, proferiu o que a seguir se tenta transcrever na íntegra:-----

----- "Senhor Presidente da Câmara, no momento que atravessamos, de uma crise profunda no nosso País, particularmente no concelho de Anadia, pergunto qual será a oportunidade de construirmos neste momento uma Pista de BMX no concelho de Anadia, quando há uma série de equipamentos que podem trazer muito mais benefícios para o concelho de Anadia, nomeadamente o Parque de Campismo da Curia, que inclusivamente se encontra no Via Michelin, e as pessoas, os turistas constantemente procuram aquele estabelecimento e mais não encontram do que escombros.-----

----- E é esta a minha questão, até que ponto é oportuno para o concelho de Anadia, numa altura em que estamos a atravessar uma crise que afeta, tanto empresas como pessoas singulares, a construção de uma pista de BMX num sítio onde já há existe um elefante branco, que é o Velódromo. Certamente que existirão outras alternativas para o investimento, ainda por cima, um investimento tão avultado como são trezentos mil euros. Inclusivamente, até se não optar pela requalificação do Parque de Campismo da Curia, e aproveito para, de alguma



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

maneira, congratular-me, embora não na sua plenitude, mas com o recente investimento que foi feito na Curia, mas que não ficou terminado até por causa da situação em que se encontra o Parque de Campismo, que pode trazer para aquele espaço que teve esta intervenção recente, alguma atividade económica, se se investissem estes trezentos mil euros nesse Parque de Campismo.-----

----- Mas mesmo que essa não seja a opção do executivo, certamente que existirão outras áreas como a ação social, inclusivamente, na qual a Câmara Municipal de Anadia, tem ficado um pouco aquém daquelas que são as necessidades dos munícipes em Anadia. Quando existem pessoas que não têm dinheiro para pagar as suas rendas, já estão a dever aos senhorios porque não têm sítios onde viver com as suas famílias, não têm dinheiro para comer, inclusivamente, e nós continuamos a ver estas disparidades de investimentos e de oportunidades, do executivo de Anadia, que não seja investir trezentos mil euros numa Pista de BMX, Senhor Presidente. Hoje em dia já praticamente ninguém utiliza BMX, até é BTT, e graças a Deus nós até temos uns bons pinhais para fazer BTT. Agora uma pista de BMX de trezentos mil euros, acho de todo inconveniente face à crise que o país atravessa, em particular os munícipes de Anadia.”-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por dizer ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco que dentro de um ano iria haver um novo executivo, pelo que o Senhor Deputado poderia perfilar-se para fazer o grande projeto, para fazer as obras todas da Curia, porque só reivindicava onde a Câmara Municipal trabalhava e esquecia-se daquelas freguesias que estavam ansiosamente à espera de também lá chegar a modernidade.-----

----- Sublinhou, entretanto, que aquelas eram as opções do Executivo Camarário, que tinham sido aprovadas por unanimidade pelos Senhores Vereadores, que as tinham acompanhado e sabiam da sua valia. Não deixou, entretanto, de comentar que havia pessoas que continuamente diziam mal, só por dizerem mal, assim como havia visões enganadoras, quando havia pessoas a querer trabalhar, porque, como disse, aquele empréstimo iria contribuir para dar trabalho. Assim, concluiu que as opções diferentes do atual executivo, teriam de ser naturalmente tomadas por outro executivo, mas não deixou de destacar o facto de aquela pista, de aquelas estradas que beneficiariam tanta gente, e de uma escola, como tinha sido dito, constituírem um investimento de excelência.-----

----- Não deixou, também, de dizer, a terminar, que o que realmente tinham de discutir ali era se realmente teriam ou não condições para fazer o empréstimo, porque as opções caberiam à Câmara Municipal. Acrescentou, ainda, que se entendessem que essas condições não existiam, e que as obras não refletiam exatamente uma necessidade do concelho, então que votassem contra, que isso é que seria coerência.-----

----- No seguimento da intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Grupo Municipal da CDU.-----

----- O Senhor Deputado começou por cumprimentar os presentes na sua primeira intervenção da sessão. De seguida, passou a referir que estavam a discutir o empréstimo para a construção de uma escola em Sangalhos que em tempos aquele executivo, liderado pelo PSD, tinha prometido, há doze anos, seria uma escola dos segundo e terceiros ciclos do ensino básico. Lamentavelmente esse projeto já não existia, mas tinham agora aquele de construção do Polo Escolar de Sangalhos.-----

----- Sobre o mesmo, disse pensar tratar-se de um projeto, que apesar de ser uma mais valia para Sangalhos, deveria também ser ao mesmo tempo repensado, por considerar que no futuro, algumas salas iriam ficar vagas, tendo em conta a descapitalização do poder económico na Freguesia de Sangalhos e nos lugares que a compunham. Mas também disse que teriam de pensar no futuro, e como todos sonhavam com um futuro melhor, pensava que não seria com o atual Governo, mas com um futuro Governo que iria governar o país. Não obstante, adiantou não pretender, de forma alguma, deixar de aprovar a construção daquela obra, pelo que se congratulava com aquele executivo, na medida em que vinha criar uma mais valia que era a criação de emprego, que tanta falta fazia já ao concelho.-----

----- Quanto à atribuição do empréstimo, referiu que segundo os dados prestados pela técnica de contas, a mesma dava conta de haver uma certa suavidade nas contas, apesar de também dizer que o património da Câmara, no momento, era superior. Sobre essa questão, disse que era superior se a Câmara um dia o pudesse vender por preços realmente justos, por pensar que com a crise económica que o país e o concelho atravessavam, parte do património do município não teria nesse momento aquele valor, e não teria pela dificuldade verificada na venda de lotes nas nossas zonas industriais.-----

----- Não deixou de referir, também, que aquele empréstimo tinha tido a resposta positiva de duas instituições, mas também elas impunham uma condição, o congelamento, no caso de falta de pagamento de liquidação do empréstimo, ou das amortizações, de receitas da Câmara, e isso quando parte daquelas receitas também já se encontravam congeladas. Falou em particular na Caixa de Crédito Agrícola que corria algum risco perante aquele empréstimo, porque já havia um congelamento na falta de pagamento dos oito milhões que a Câmara devia, adiantando, também, que parte de falha de pagamento a essas instituições, as receitas centrais, estavam congeladas, estavam penhoradas, poderiam ser já penhoradas.-----

----- Concluiu, declarando que não queria deixar de dar a conhecer a sua posição de voto, a qual seria favorável ao empréstimo, embora pusesse em causa, ao mesmo tempo, algumas dificuldades económicas daquele executivo para poder executar os respetivos pagamentos.-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por dizer que não conseguia compreender as afirmações do Senhor Deputado João Morais, nomeadamente quanto ao congelamento de parte das receitas da Câmara na falta de pagamento do empréstimo. Aproveitou, assim, para esclarecer o Senhor Deputado que se não existissem garantias as instituições nem sequer se



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

propunham a emprestar o dinheiro, porque essas instituições, no caso de as Câmaras não pagarem, como era e sempre tinha sido da Lei, não era com o atual Governo, viam-lhe ser cativadas as verbas transferidas do poder central. Adiantou, ainda, que isso não era apenas na questão dos bancos, porque se a Câmara não pagasse a uma instituição qualquer, não remetesse a informação como eles queriam à Direção Geral de Finanças das Autarquias Locais, imediatamente lhe cortariam uma percentagem de entrega disponível.-----

----- Sobre a questão do património, esclareceu que a Câmara Municipal de Anadia não queria vender nada, nem precisava de vender nada para pagar, a Câmara de Anadia ainda continuava a comprar terrenos, para zonas industriais, para desenvolvimento desportivo. Portanto, sugeriu ao Senhor Deputado para não se preocupar com essa questão, até porque só as águas que a Câmara não vendia, de acordo com o que lhe era proposto, daria para tornar a liquidez da Câmara de Anadia, três, ou quatro, ou cinco, ou seis vezes em função do que ela devia. Nessa conformidade, recomendou ao Senhor Deputado para não atemorizar a comunicação social, porque a Câmara estava bem, tinha um *superavit* como dizia a própria revisora oficial de contas no pedido do empréstimo.-----

----- Sublinhou, entretanto, que a Câmara de Anadia tinha liquidez e ainda hoje avançava com as obras, ia à frente, pagava-as e depois vinha a comparticipação do QREN, como no caso do Centro Escolar de Paredes do Bairro, que precisamente naquele dia tinha recebido uma autorização de pagamento no valor de quase um milhão de euros. Portanto, adiantou que só por ali se via o adiantamento que a Câmara Municipal levava, não por estar a correr contra o tempo, nem com a intenção de estar a gastar o dinheiro todo mal gasto, mas pelo facto de programar, e ir continuar a programar, como antecipou, para tentar chegar, não com o desejo que teria, a todos os sítios do concelho, com grandes obras.-----

----- Continuando, assegurou ao Senhor Deputado João Morais que a Câmara Municipal não vendia por dois motivos: um primeiro, porque o momento era mau para vender, e outro motivo, também importante, por não precisar de vender. Esclareceu, ainda, que apesar de o Senhor Deputado pretender uma escola secundária para Sangalhos, a competência da Câmara Municipal limitava-se ao ensino básico, pelo que estava a construir o Centro Escolar de Sangalhos. Informou, também, que em relação a essa obra estava a faltar a consignação, e aproveitou para dar a conhecer que havia um compromisso da CCDR para que a escola de Sangalhos tivesse fundos comunitários, o que o tinha levado a avançar com a obra a concurso. No entanto, como o Governo tinha canalizado os fundos do QREN para apoiar as empresas, com o objetivo de impulsionar a economia, tal não se iria verificar, o que o levava, portanto, uma vez mais a ter de se queixar do seu partido, porque, efetivamente, não tinha sido correto para com a Câmara Municipal de Anadia, ao lhe não lhe conceder fundos do QREN para o Centro Escolar de Sangalhos.-----

----- Concluiu, afirmando, contudo, que os sangalhenses poderiam estar tranquilos, porque a Câmara Municipal iria fazer brevemente a consignação para a obra começar, porque independentemente de a Assembleia aprovar o empréstimo, ou não, a obra já constava do



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

orçamento do município.-----

----- Antes de conceder a palavra ao Senhor Deputado André Henriques, do Grupo Municipal do PS, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que no decorrer da intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, tinha entrado na sala o Senhor Deputado António Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do PPD/PSD.-----

----- O Senhor Deputado André Henriques, depois de cumprimentar os presentes, começou por dizer que, sem pôr em causa a bondade daquele financiamento e de todos os objetivos que se pretendiam com ele, nomeadamente as obras que se encontravam elencadas, e com as quais, de uma maneira em geral, concordavam, queriam deixar três notas sobre aquele financiamento. A primeira, quanto ao facto de em vários locais da documentação estar referido que o Município não tinha endividamento líquido positivo, mas superavit, pois os ativos financeiros eram superiores aos passivos financeiros. Quanto a essa informação, disse pretenderem chamar a atenção que daqueles ativos financeiros, cerca de quatro milhões e seiscentos mil euros, eram referentes a investimentos imóveis. E, portanto, existiam ali algumas dúvidas do valor atual daqueles imóveis, uma vez que isso normalmente era registado ao preço de custo, e, como sabiam, a questão do imobiliário tinha sofrido uma desvalorização considerável.-----

----- Como pontos positivos, adiantou que queriam destacar, apesar de tudo, as condições benéficas ou positivas, em termos de custo de financiamento, nomeadamente a nível de *spread* e da própria carência. E outro fator positivo, o facto de ter sido uma pequena instituição financeira que se tinha agigantado, mais uma vez ao lado do Santander e de outras instituições que nem sequer tinham apresentado proposta, e com uma presença regional, concluindo, portanto, que achavam positivo ter apresentado aquela proposta vencedora.-----

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado André Henriques, do Grupo Municipal do PS, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que referiu que o Senhor Deputado tinha tocado em dois pontos essenciais. Por um lado, quanto a haver dois tipos de dinheiro, esclareceu que, apesar de ser verdade o que tinha dito, isso não afetaria absolutamente nada o bom funcionamento financeiro da Câmara Municipal, bastando comparar com outras Câmaras.-----

----- Quanto ao que tinha dito sobre a instituição financeira vencedora, declarou não estar muito de acordo com o Senhor Deputado, na medida em que a Câmara Municipal não tinha escolhido o financiador. Ainda que se pudesse congratular, e ele próprio, se calhar ficaria satisfeito com isso, mas não gostaria que ficasse implícito que a Câmara Municipal tinha um financiador que era de Anadia, porque aquela instituição tinha, com todo o mérito, apresentado a melhor da proposta.-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, e não havendo mais pedidos de intervenção naquele período de discussão do primeiro ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado esse período de discussão e passou, de imediato, à votação do pedido de autorização de contração de um empréstimo a médio prazo, proposto pela Câmara Municipal, para financiamento dos investimentos: "Centro



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Escolar de Sangalhos”; “Beneficiação do troço entre a EM 612 e a Rotunda da EN 1/IC 2 (Rotunda da EB 2/3 de Anadia)”; “Beneficiação da Estrada de Ligação do Cruzamento da EN 334 (São Lourenço do Bairro) ao Cruzamento da EN 333-1 (Ancas)”; “Beneficiação da Estrada de Ligação da Mata da Curia à EN 334 (São Lourenço do Bairro)”; “Beneficiação da Estrada de Ligação da Mata da Curia à EN 334 (São Lourenço do Bairro)”, “Beneficiação da Estrada de Ligação da EM 602, entre a Rotunda de Levira e o Cruzamento com o CM 1670”; “Beneficiação do CM 1670, entre os Cruzamentos da EM 602 e da EM 630”; “Beneficiação do troço da EM 331, entre a Relvada e a EM 602 (Bemposta)” e “Pista de BMX”, de acordo com o estabelecido na alínea d) do n.º 2 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia.-----

----- Finalizada a votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que o pedido de autorização de contração de um empréstimo a médio prazo, proposto pela Câmara Municipal, para financiamento dos investimentos: “Centro Escolar de Sangalhos”; “Beneficiação do troço entre a EM 612 e a Rotunda da EN 1/IC 2 (Rotunda da EB 2/3 de Anadia)”; “Beneficiação da Estrada de Ligação do Cruzamento da EN 334 (São Lourenço do Bairro) ao Cruzamento da EN 333-1 (Ancas)”; “Beneficiação da Estrada de Ligação da Mata da Curia à EN 334 (São Lourenço do Bairro)”; “Beneficiação da Estrada de Ligação da Mata da Curia à EN 334 (São Lourenço do Bairro)”, “Beneficiação da Estrada de Ligação da EM 602, entre a Rotunda de Levira e o Cruzamento com o CM 1670”; “Beneficiação do CM 1670, entre os Cruzamentos da EM 602 e da EM 630”; “Beneficiação do troço da EM 331, entre a Relvada e a EM 602 (Bemposta)” e “Pista de BMX”, de acordo com o estabelecido na alínea d) do n.º 2 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia, tinha sido aprovado por maioria, com trinta e dois votos a favor, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS e do Senhor Deputado do Grupo Municipal da CDU, um voto contra do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, e uma abstenção, do Senhor Deputado César Andrade, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho, encontrando-se ausentes os Senhores Deputados Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, e Fernando Fernandes, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Arcos.-----

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto um da ordem do dia.-----

----- De imediato, passou a apresentar o ponto dois da ordem do dia, “*Apreciação da informação semestral referente à situação económica e financeira do Município, prevista na alínea d), do n.º 3, do art.º 48.º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro – Lei das Finanças Locais*”.-----

----- Apresentado o ponto dois da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que tratando-se de uma apreciação, aquele ponto não seria submetido a votação, mas apenas a apreciação dos Senhores Deputados. De seguida, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Tiago Coelho, do Grupo Municipal do PS-----

----- Depois de cumprimentar os presentes, o Senhor Deputado começou por dizer que a sua



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

intervenção se prendia com um assunto que já tinha sido abordado em outras sessões, e que agora era fundamentado com dados quantitativos. Passou a constatar que o Partido Socialista de Anadia sempre tinha defendido que uma baixa na taxa de Derrama poderia e deveria ser um instrumento usado pela Autarquia de forma a atrair mais investimento para o concelho. Referiu, ainda, que se trataria de um sinal aos investidores para que na análise de eventuais investimentos o concelho de Anadia se tornasse mais atrativo para as empresas. Acontecia que, não só esses sinais não eram dados, ou se os eram, seriam pouco visíveis, como também nunca valorizou a argumentação do Partido Socialista, recorrendo a um argumento quantitativo de tal medida no orçamento camarário.-----

----- Continuando, referiu que olhando, então, dessa forma para os números, e recorrendo à demonstração de fluxos de caixa, facultada àquela Assembleia, reparavam que na rubrica dos recebimentos referentes à Derrama, a mesma ascendia a um total de treze mil quinhentos e setenta e um euros e cinquenta e sete cêntimos, sendo mais preciso, perfazendo, em termos percentuais, zero vírgula um por cento do total de recebimentos, como poderiam verificar.-----

----- Olhando para o lado de pagamentos, disse que verificavam que na conta seis zero dois, referente às despesas correntes, mais concretamente no que se referia a despesas diversas, o seu valor absoluto era de sessenta mil cento e trinta e um euros e cinquenta e um cêntimos, ou seja, sensivelmente, seis vezes mais do que recebimentos decorrentes da Derrama. Aí, constatou estarem a falar de um valor seis vezes mais, numa rubrica à qual apenas sabiam que se referia a diversos, à qual aquela assembleia nem sequer sabia, em termos concretos, a que se referia.-----

----- Assim sendo e nesse sentido, tendo em conta que naquele ponto se tratava de uma apreciação da informação semestral referente à situação económica e financeira do Município, declarou que não poderiam deixar também de fazer uma avaliação negativa em termos de estratégias de atração de investimento para o concelho. Disse, também, que a essa situação acrescia ainda mais as reduções de impostos levadas a cabo pelos concelhos vizinhos, nomeadamente em Águeda, por via de redução do IMI, e também na Mealhada, por via da redução de IRS, Derrama e de igual forma da taxa do IMI, o que por si, limitava Anadia comparativamente a esses concelhos na captação de investimentos.-----

----- O Senhor Deputado, a terminar a sua intervenção, aproveitou para perguntar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, e tendo em conta que se encontrava para breve a apresentação do orçamento para dois mil e treze, quais as medidas de estímulo de apoio às empresas, quer do ponto de vista estrutural, quer do fiscal, que o executivo pretendia levar a cabo.-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado Tiago Coelho, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que começou por declarar que concordava com as preocupações do Partido Socialista, mas, enfim, nada poderia fazer. Entretanto, disse que se o Senhor Deputado reparasse, naquele período, a Derrama tinha sido de treze mil euros, arredondados, o que traduzia realmente números que



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para um orçamento que felizmente vinha correndo bem, nada representava.-----
----- Quanto ao conselho para estimular a economia, sublinhou que ninguém tinha estimulado mais do que a Câmara Municipal de Anadia, porque apesar de vir agora a Mealhada e os concelhos vizinhos baixar zero virgula zero um os IMI's, a Câmara de Anadia já há tanto tempo lá estava, recordando ao Senhor Deputado que a única coisa tinha feito na Assembleia tinha sido abster-se ou votar contra as propostas do Executivo.-----
----- Mas, entretanto, referiu que o Senhor queria era que a Câmara Municipal nem tivesse Derrama, mas lembrou que a Derrama era paga, como já tinha dito, por quem tinha lucro, atuava sobre os lucros. E, como tal, adiantou estar pouco preocupado com a gente que tinha lucros, apesar de querer que fossem empresas prósperas e de gostar que ganhassem bem, mas antes estar preocupado com aqueles que entravam em insolvência por falta de lucros. Portanto, disse se o Senhor lhe dissesse onde poderia ir buscar verba, sem ser dos contribuintes diretamente, ou que indiretamente os prejudicasse, muito bem. Agora, não tirar nada seria tratar tão bem aqueles que não tinham lucro, como tão bem aqueles que tinham lucro, ou o contrário, tratá-los todos mal.-----
----- Reconheceu, também, que aqueles assuntos teriam de ser falados, e naquela casa que servia precisamente para isso, acrescentando que o Senhor Deputado o tinha feito com elevação e com a forma educada como costumava fazer, porque discutia, propunha. Contudo, adiantou que só lamentava não ser aquele o projeto da Câmara Municipal e não lho poder aprovar, o que não queria dizer, no entanto, que estivesse frontalmente contra aquilo que era distribuir por quem mais precisava. Aproveitou, ainda, para dizer que não estava contra esses projetos, tinha era infelizmente pouco, porque se não lhe tivessem tirado aqueles quinhentos e tal mil euros, só do ajustamento do empréstimo, poderia distribuir, uma vez que esse dinheiro não iria para as obras, iria para outra coisa. Mas como os responsáveis estavam atentos e tinham visto que a Câmara Municipal tinha conseguido mais uma verba no QREN e entretanto iria ficar com um *superavit*, o que não podia ser, e nem sequer poderia reclamar, porque era assim que estava destinado, antecipou que do próprio contrato com a entidade bancária constava isso, portanto, a Câmara Municipal tinha cumprido. Finalizou, dizendo que tirar de um lado para dar para outro era complicado.-----
----- Após a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Tiago Coelho, do Grupo Municipal do PS, para uma segunda intervenção.-----
----- O Senhor Deputado aproveitou para dizer ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que não estavam a falar propriamente de retirar de um lado para pôr do outro, estavam a falar de escolhas. Recordou que tinha dado o exemplo de uma rubrica diversos, que daria sempre bastante jeito, por vezes em termos contabilísticos. Salientou, também, que estavam a falar sim de estímulos e não estavam a falar de retirar dinheiro, a quem não o tinha, ou dar mais a quem o tinha. Acrescentou, ainda, que apesar de ser certo que a Derrama incidia sobre os lucros das empresas, mas os lucros das empresas não tinham necessariamente que ser maus. Para isso, e



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pedindo, desde logo, desculpa ao Senhor Deputado João Morais, tinham o Partido Comunista, para privatizar lucros e fazer esse tipo de coisas.-----

----- Sublinhou, a finalizar, estarem a falar de estratégia, de captação de investimento, porque atraindo investimentos estariam a atrair mais receitas, que por si só poderiam compensar aquela baixa dos treze mil a que se estavam ali a referir.-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a passar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para referir que a palavra diversos, não se referia a diversos de diversão, era a diversos verdadeiros, porque os diversos não eram desvios, os diversos era uma rubrica que vinha dar cobertura às pequenas coisas que efetivamente não podiam ser todas elencadas num orçamento.-----

----- Esclareceu, também, que a tirar a rubrica diversos, muitas coisas importantíssimas ficariam por fazer e acrescentou que o Senhor Deputado não conhecia de certeza absoluta nenhum orçamento que não tivesse a rubrica diversos. Referiu, ainda, que não tinha forma de dar a volta, porque nos padrões de escrita dos orçamentos constava essa palavra. De resto, disse continuar a não estar de acordo nem de desacordo.-----

----- Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o plenário que no início da apreciação daquele ponto dois da ordem do dia, tinha entrado na sala o Senhor Deputado Fernando Fernandes, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Arcos. Prontamente, concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU.-----

----- O Senhor Deputado João Morais, referindo-se à informação relevante que constava do ponto oito um sete da página dezasseis, disse pretender relembrar que na aprovação das contas, a CDU tinha mostrado algumas reservas na apresentação das mesmas e, por isso, tinha votado contra. Entretanto, referiu que segundo a informação relevante que constava do documento em análise, a trinta e um de dezembro, o valor dos investimentos efetuados era de dezasseis milhões quatrocentos e setenta e cinco mil, setecentos e setenta e sete e trinta e oito euros, o balanço à data de trinta e um de dezembro apresentava um valor total líquido de cento e trinta e três milhões, duzentos e quarenta mil setecentos zero oito euros, incluindo o montante de subsídios a receber no valor de dezoito milhões oitocentos e setenta e sete nove e cinquenta e proveitos diferidos em quarenta e seis mil cento e dois quatro trinta e oito. Continuando, referiu que após a regularização do erro, os saldos iniciais de dois mil e doze da rubrica dos subsídios ao investimento a receber, passaram a ser de dois milhões quatrocentos e dois mil, cento e setenta e três euros e oitenta e dois cêntimos, de proveitos diferidos de vinte e nove milhões, seiscentos e vinte e seis seiscentos e sessenta euros e setenta e cinco cêntimos. Acrescentou, também, que o valor apurado dos subsídios ao investimento, a receber no final do primeiro semestre de dois mil e doze, era de cinco milhões quatrocentos e treze, oito cinquenta e oito e trinta e três, tendo sido, ainda, corrigido mais o mapa do apuramento da situação do envidamento a trinta e um de dezembro de dois mil e onze.-----

----- Assim, recordou ter sido naquela altura que a Assembleia tinha debatido o problema, a



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

trinta e um de dezembro de dois mil e onze, quanto ao facto de a Câmara não apresentar endividamento, sublinhando que o Grupo Municipal da CDU tinha chamado a atenção na altura para o erro, porque havia um passivo de sete milhões que naquela data era considerado muito. Portanto, e relativamente à aprovação das contas, lembrou que a CDU tinha votado contra porque as contas não estavam legitimadas, na verdadeira realidade, uma vez que não existia um endividamento à banca. Reiterou, assim, ter sido essa a posição do Grupo Municipal da CDU, aliás, conforme deveria constar da gravação da referida sessão, de votar contra, porque à altura não estavam esclarecidos as contas. Como tal, concluiu verificar-se que a posição da CDU era na realidade a posição certa.-----

----- Para responder, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por confessar não se recordar de a CDU ter votado contra por aquele motivo. Contudo, reconheceu que efetivamente tinha sido verificado, entretanto naquela apreciação, existir um erro, e o mesmo tinha sido corrigido. Não deixou de salientar que a Câmara Municipal não pretendia esconder nada, porquanto toda a informação que o Senhor Deputado João Morais acabava de ler estava lá e não havia ali qualquer coisa encoberta.-----

----- Não obstante, e se tinha realmente havido erro, esclareceu ter sido em valores de património, que o Senhor Deputado tinha antes dito que estariam longe do valor, e que entretanto, que a Câmara o tinha reduzido para muito, continuava a dizer que ainda estariam longe, não é. Reconheceu, também, que era muito difícil elaborar orçamentos, associando dinheiro a património, o que naquela situação estava precisamente em causa. Reiterou, assim, que o erro tinha sido corrigido e ali estava a devida correção, encontrando-se, portanto, devidamente esclarecido, não pela Câmara, mas pela revisora oficial de contas, pelo que pensava nada mais haver a acrescentar.-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que concluiu o que a seguir se tenta transcrever na íntegra:-----

----- "O Senhor Presidente da Câmara, é muito parecido com o Ministro das Finanças do PSD. Efetivamente vem aqui com umas contas cheias de malabarismo, continuamos a viver num Município que não tem contabilidade de custos, como a Lei obriga, portanto nós nunca poderemos saber, efetivamente, que contas são estas que o executivo apresenta, à semelhança do que o grupo municipal do CDS-Partido Popular tem vindo a manifestar, relativamente às contas que o Município apresenta.-----

----- O Senhor, efetivamente, é um Victor Gaspar aqui do Município e tem que falar com o seu amigo porque ele, pelo menos, consegue apresentar umas contas mais realistas, ao contrário do Senhor. Portanto, fale lá com o Senhor Ministro das Finanças, certamente que é seu amigo e da mesma cor partidária que o Senhor, pode ser que ele o ajude a aplicar efetivamente a Lei da contabilidade de custos no Município de Anadia, para nós conseguirmos perceber onde é que



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para o dinheiro dos munícipes de Anadia, e não andar aqui com estas engenharias contabilístico-financeiras. Aliás, por esse motivo é que o país está como está. Efetivamente as autarquias não contribuíram tanto como o Governo. Mas o Senhor tem aprendido com o Governo, aliás com os vários Governos que têm aparecido ao longo dos anos, desde mil novecentos e setenta e cinco, que mais não fazem do que delapidar o património dos portugueses.”-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por dizer que já tinha denunciado, naquela Assembleia, que não gostava da política do seu Governo. Esclareceu, também, que não tinha qualquer compromisso com os membros do Governo, apenas tinha votado, como muitos que estariam naquela Assembleia e, portanto, os elementos desse Governo é que tinham um compromisso consigo, porque tinha votado neles, acreditando que seria assim. Só que não tinha sido assim, rematou.-----

----- Comentando as afirmações do Senhor Deputado, que todos os Governos o tinham ensinado a fazer malabarismos, esclareceu que curiosamente o CDS nunca lhe tinha ensinado a fazer nada, porque não sabiam, assim como o Senhor Deputado. Referiu, entretanto, que o Senhor Deputado era muito mau a fazer contas, porque se realmente soubesse o que eram contas verdadeiras, veria a diferença entre o cofre da Câmara e o cofre do Governo que o partido do Senhor Deputado apoiava. Adiantou, também, que a Câmara Municipal tinha efetivamente dinheiro, pelo que se isso era malabarismo, então o Senhor Deputado tinha que lhe explicar o que era a verdade contabilística na sua conceção.-----

----- Aproveitou, ainda, para dizer ao Senhor Deputado que, na verdade, nos QREN's tinha aprendido muito com o Partido Socialista, nos QREN's tinha desaprendido muito com o PSD, e com o Governo atual, o único que tinha aprendido alguma coisa era o Senhor Deputado, porque só fazia propostas desastrosas, que prejudicariam e de que maneira o Município.-----

----- Finalizada a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado aquele período de apreciação do ponto dois da ordem do dia e, de imediato, também, o ponto dois.-----

----- De seguida, passou a apresentar o ponto três da ordem do dia "Apreciação, discussão e votação dos contributos apresentados pela Câmara Municipal, a solicitação da ANMP, sobre os projetos de diplomas legais: Lei da Organização do Sistema Judiciário e Regime de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciários, nos termos da alínea n) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA", tendo solicitado a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal para proceder à introdução daquela proposta aprovada por unanimidade pelo Executivo Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por dizer que não teria muito mais a dizer para além do que tinha dito na reunião do Executivo Municipal e que se encontrava escrito nas respetivas atas, que eram elaboradas de acordo com o que a lei impunha, eram corretas e explicavam de forma fácil o que efetivamente se tinha passado.-----

----- Relativamente ao Tribunal de Anadia, referiu que o que se tinha passado era algo que



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

todos deixava encantados, e até premiados, porquanto Anadia, no passado, tinha sido comarca de três concelhos, como sabiam, tinha tido tribunal de círculo e ultimamente tinha o único tribunal de grande instância cível, fora do distrito de Aveiro. Por isso, não compreendia como alguém poderia escrever, como tinha visto no editorial de um jornal, que a culpa era dos autarcas, confessando, igualmente, desconhecer por que motivo os estava a condenar.-----

----- Aproveitou para lembrar ter informado a Assembleia Municipal de que tinha solicitado uma audiência com a Ministra da Justiça, a qual tinha sido adiada, ou melhor remarcada com o Secretário de Estado, tendo acabado por ser recebido por um chefe de gabinete, um funcionário. Comentou, assim, que aquela atitude demonstrava exatamente a forma dialogante do Governo de um partido que era o seu, a deixar passar e entretanto conceder à Associação Nacional de Municípios um prazo até ao dia trinta e um para responder, Associação que subsequentemente pediu contributos aos Presidentes de Câmara. Referiu, ainda, não saber para estavam a ser solicitados aqueles contributos às Câmaras, quando no Governo só havia imposição e, apesar de convidar os municípios para o diálogo, seria tão somente para os enganar, travando, assim, mais uma vez, os municípios uma luta inglória.-----

----- Lamentou, também, o facto de o Governo nunca conversar com ninguém sobre assuntos sérios, como era o caso do Tribunal de Anadia, que comentou já estar previamente conversado e definido, pelo que Anadia e os Partidos que tinham por obrigação gerir Anadia, não poderiam ficar calados perante aquele autêntico massacre que estava a ser feito a Anadia. Considerou, mesmo, tratar-se de um terramoto para Anadia, o que representaria aquela proposta, só em termos económicos, com quatro juízes que deixavam de funcionar em Anadia.-----

----- Continuando, referiu que era demasiado grave o que o mapa judiciário trazia para Anadia e que tinha conseguido ter a coragem de dizer isso contra o seu Partido, com muita tristeza, manifestando palavras de indignação, que inclusivamente foram subscritas pelos Vereadores do PS na reunião do Executivo, que apesar de poderem ser insuficientes, a educação levava-o a pensar que não deveria perder a serenidade, porque teriam que combater aquilo que era uma vergonha. Disse, entretanto, não ser compreensível o facto de os cidadãos de Anadia terem de se deslocar para Aveiro quando tinham tudo no Tribunal de Anadia, um tribunal que, e estava provado, tinha condições físicas excelentes, tinha funcionado da melhor maneira sempre, em termos de processos, segundo informação. E ainda mais incompreensível disse ser o facto de Anadia ver-lhe serem reduzidos os Juízes de quatro para um, quando os concelhos vizinhos, que tinham instalações que não se comparavam às de Anadia, tinham dois e três. Perguntou, assim, que mal tinha feito Anadia ao PSD, se teria sido o facto de ter votado neles, porque desconhecia a resposta.-----

----- Em relação à Ministra da Justiça, disse pretender, apenas, que ela decida bem, independentemente de ela poder não gostar de Anadia, ou de Anadia também poder não gostar dela.-----

----- Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, adiantou não tirar uma linha ou uma palavra ao que tinha dito e que estava transcrito na ata, assim como pensava que os



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

seus colegas também não. No entanto, apelou à Assembleia, para que os Senhores Deputados tivessem visão e para que tivessem uma estratégia para Anadia, ainda que pudessem não estar de acordo com o Presidente da Câmara, porque Anadia estava a ser esfoliada de algo com dezenas e dezenas de anos. Recordou que inclusivamente o responsável pela criação do código era de Anadia, o Senhor Seabra.-----

----- Concluiu, portanto, referindo que teriam necessariamente de se manifestar contra aquelas atitudes e teriam de encontrar uma saída, já que o PSD local não tinha tomado qualquer atitude, e se fosse a tomar entretanto já seria de empurrão, o que seria muito mau.-----

----- Depois da intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Deputada Jennifer Pereira, do Grupo Municipal do PPD/PSD.-----

----- Cumprimentados os presentes, a Senhora Deputada passou a referir que mais uma vez não poderia deixar de, em seu nome pessoal, e como membro daquela Assembleia, em representação do Grupo Municipal do PSD, manifestar o seu total repúdio por aquela proposta sobre a Reforma Judiciária apresentada pelo Governo. Constatou ser de facto lamentável que fosse dado à Câmara Municipal tão pouco tempo de resposta a uma questão tão importante e que naquele preciso caso envolvia uma decisão tão penalizadora para o concelho de Anadia, uma vez que a solicitação da Associação Nacional de Municípios Portugueses, de envio dos contributos, tinha sido recebida a vinte e quatro de outubro, e que o prazo da entrega para tais contributos, que teriam de ser feitos por email, era até às doze horas do dia vinte e nove de outubro, ou seja, apenas cinco dias.-----

----- Referiu, também, que lamentável era também o facto de, apesar das várias solicitações do Senhor Presidente da Câmara, o mesmo nunca ter sido recebido pela Senhora Ministra da Justiça, para poder pessoalmente defender o seu concelho e o seu tribunal.-----

----- Continuando, adiantou que mais uma vez aquela proposta do Governo era completamente absurda, pois esvaziava de competências um tribunal, que quer em condições humanas, quer físicas, tinha toda a capacidade para manter os atuais juízes, como ainda tinha capacidade para acolher mais. Exemplo claro disso mesmo era o julgamento de Homicídio Qualificado a decorrer no Tribunal de Anadia, sendo esse processo da competência do Tribunal de Oliveira do Bairro, que por falta de condições físicas no edifício onde estava instalado, teve de ser realizado em Anadia.-----

----- Constatou, entretanto, que com aquela proposta do Governo, o Tribunal de Anadia passaria a ser um tribunal de competência genérica, perdendo juízes e procuradores. Declarou, assim, que não se compreendia como poderia aquele Governo, depois de ter gasto milhões de euros na remodelação do edifício do tribunal de Anadia, agora tirar-lhe competências e serviços, e deslocá-los para outros tribunais com condições insuficientes e até mesmo degradadas. Qual era a lógica daquele Governo de redução de despesa, perguntou. Qual era, afinal, o compromisso assumido com a *Troika*, quando se propunha construir um novo Palácio da Justiça, a menos de dez quilómetros de distância de Anadia, ou seja, onde já se encontrava instalado



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

um edifício do próprio Estado, um excelente Palácio da Justiça, perguntou, também. E qual era a lógica quando, também a menos de dez quilómetros de distância, se encontrava o Tribunal Judicial da Mealhada, que com aquela reforma ganharia competências e juízes, mas que se encontrava a funcionar num edifício arrendado e sem quaisquer condições físicas para os atuais serviços, quanto mais acolher mais, perguntou, ainda. Relatou, entretanto, que exemplo claro disso mesmo tinha sido uma situação vivida por si, na qualidade de profissional forense, ainda na semana anterior, na qual, para realizar um julgamento, tiveram de utilizar a biblioteca daquele Tribunal, ou seja, numa sala pequena, sem quaisquer condições dignas para um ato daquela natureza, em que tinham ficado todos – Excelentíssima Senhora Juíza, Excelentíssima Procuradora, o Arguido, a Testemunha e ela própria –, sentados à mesma mesa oval, tal e qual como se estivessem numa conversa de café, tendo a funcionária que utilizar um gravador manual para gravar tal julgamento. Indigno. Injusto. Incompreensível, apelidou.-----
----- Aproveitou, também, para perguntar à Senhora Ministra, na qualidade de Advogada, de Deputada Municipal, mas também na de Múncipe de Anadia, que aproveitasse já em reduzir o Tribunal de Anadia a um mero Tribunal de Competência Genérica, se não eram os factos reais que deveriam servir de base para uma Reforma sustentada do funcionamento e organização dos tribunais judiciais. Para perguntar, também, quantos mais julgamentos teriam de ser realizados em bibliotecas e quantos mais julgamentos teriam de ser realizados em Anadia de processos que não pertenciam à competência territorial desse Tribunal, para que o Governo entendesse e realizasse que o Tribunal de Anadia oferecia excelentes condições para a prática da Justiça, quer em meios físicos, como humanos, beneficiando os cidadãos com mais e melhor Justiça.-----
----- Nessa conformidade, e em seu nome pessoal, mas também como representante do Grupo Municipal do PSD, declarou que subscreviam integralmente a posição da Câmara Municipal de Anadia de total repúdio por aquele proposta, e de reiterar o teor da moção de reorganização da estrutura judiciária aprovado pela Assembleia Municipal, sendo esse o documento a enviar para a Associação Nacional dos Municípios Portugueses.-----
----- A terminar, deixou um alerta apenas para uma retificação que teria de ser feita ao documento, e que tinha sido uma questão também suscitada pelo Senhor Deputado e colega Cardoso Leal, na página oito, do referido documento, no Quadro das Diligências, no sentido de fazer constar na coluna do ano dois mil e doze, que aquelas eram as diligências agendadas em janeiro para o ano dois mil e doze, mas apenas até ao mês de junho, uma vez que tal quadro refletia apenas o ano dois mil e doze, levando a pensar que apenas haveriam duzentos e doze julgamentos e audiências, quando isso era apenas o agendamento efetuado em janeiro para o meado do ano.-----
----- Concluída a intervenção da Senhora Deputada Jennifer Pereira, do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal, do Grupo Municipal do PS.-----
----- O Senhor Deputado Cardoso Leal, depois de cumprimentar os presentes, começou por recordar que já não era a primeira vez que naquela Assembleia Municipal se debruçavam sobre



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aquele caso tão grave, e portanto adiantou que teria de corroborar as palavras ditas, quer pelo Senhor Presidente da Câmara, quer pela Senhora Deputada Jennifer, e, portanto, dizer também as palavras que lhe ocorriam, de indignação, como estava escrito no documento da Câmara, e de repúdio. Recordou, ainda, que teria sido em Fevereiro que tinham aprovado até uma moção de rejeição daquela malfadada proposta de Lei de organização do sistema judiciário.-----

----- Entretanto, sublinhou que seria bom que fosse dito que os Deputados do Grupo Municipal do PS não estavam contra a racionalização de recursos que supostamente inspirava ou deveria inspirar aquela proposta de Lei, até porque o país estava em crise e teriam de ser muito bem utilizados os recursos que tinha. Acrescentou, ainda, que eram a favor de uma racionalização de recursos, eram a favor das boas economias, mas aquela proposta de Lei, pelo menos no que respeitava ao Tribunal de Anadia, que era aquilo que conheciam, pelas razões que já tinham sido apresentadas e que constavam também do documento que lhes tinha sido entregue, era tudo menos racionalização de recursos.-----

----- Continuando, referiu que não se desperdiçava um tribunal com boas condições, que tinha recebido investimentos nos últimos anos, para levar funções e atribuições dali para tribunais que não tinham condições. Acrescentou que o facto até de se encontrar a decorrer no tribunal de Anadia um caso mediático respeitante ao tribunal e ao concelho de Oliveira do Bairro, punha mais em evidência a irracionalidade de tudo aquilo, perguntando, pois, que espécie de racionalidade existia em querer desativar um tribunal com boas condições, e ao mesmo tempo construir um tribunal novo a meia dúzia de quilómetros. Adiantou, assim, que a única palavra que lhe ocorria era de que tudo aquilo era uma aberração em termos económicos, em termos de utilização de recursos.-----

----- E, portanto, declarou que os Deputados do Grupo Municipal do PS, julgando interpretar bem o sentido geral daquela Assembleia Municipal, propunham uma moção de repúdio àquela proposta de Lei, e ao Governo por ela responsável, invocando os argumentos que já tinham sido ditos por outras pessoas. Aproveitou para recordar que também já em anteriores intervenções, os Deputados do Grupo Municipal do PS tinham feito um apelo ao PSD, ao PSD que estava naquela Assembleia e ao PSD que lá não estava, para que não só repudiasse e que subscrevesse a moção do Grupo Municipal do PS, mas para que tomasse ações que fossem visíveis, ações de combate àquela grave violação de todo um património, de todo um bem desempenho de dois séculos de existência que tinha a comarca de Anadia, com todas as competências acumuladas numa comunidade profissional que se encontrava ali a trabalhar, porque o PSD de Anadia, com certeza iria ter de prestar contas, por uma situação daquelas e teria de mostrar aos eleitores ações de combate.-----

----- Concluiu, adiantando que o Grupo Municipal do PS já tinha apresentado ao Presidente da Assembleia Municipal, na Mesa, a sua proposta de repúdio por aquela proposta de Lei, que colocava à consideração dos diversos grupos municipais.-----

----- Dando continuidade ao período de intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU, que



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

começou por lembrar que há um ano atrás, aquando das comemorações dos cem anos da República, tinha afirmado naquela mesma sala, que o concelho de Anadia estava debaixo do demónio e que Anadia iria sofrer as consequências das políticas geridas naqueles trinta e seis anos por aquela *troika* política PS/PSD/CDS e maçonaria, acompanhada ao mesmo tempo da *Troika* Europeia e do FMI.-----

----- Referiu, entretanto, que o que essas pessoas estavam a fazer ao concelho de Anadia era precisamente reduzir valências, prejudicando a população, população essa que também se encontrava adormecida, inclusivamente o coletivo de advogados no concelho, que ainda não tinha levantado qualquer voz, estando talvez à espera de um milagre. Comentou, ainda, que tanto no Tribunal de Anadia, como no Hospital de Anadia, tinham sido gastas centenas de euros em obras, no último caso com o apoio da Câmara Municipal, que gastou também algumas centenas de euros em vão, para mais tarde retirarem condições e apostarem no encerramento, apesar de continuarem a fazer obras noutros concelhos. Aproveitou, igualmente, para recordar que no caso das urgências, disseram que Anadia estava a vinte minutos de Coimbra. Então, considerou que no caso do Tribunal deveria ser dito à Ministra que tanto o concelho de Mealhada, como o concelho de Oliveira do Bairro estão a dois minutos do concelho de Anadia.---

----- Portanto, reiterou que a pretensão dos responsáveis era fazer obras e depois encerrar, pelo que adiantou que depois de o Tribunal de Oliveira do Bairro estar feito, chegando a ser feito, passados uns meses encerrarão o Tribunal de Anadia. Aproveitou, também, para lembrar que há um ano atrás tinha dito que seria necessária uma outra política, seria necessária uma outra gente a governar, seria necessária uma outra alternativa, com gente que existe válida, séria, honesta e competente em algumas fações desses partidos.-----

----- Destacou, entretanto, a necessidade de acordarem para evitar chegar a um ponto onde nada possam fazer, porque a pretensão da *Troika* internacional, FMI, BCE era ter uma Europa poderosa dominada pelos nazis e em prejuízo dos países pobres do sul da Europa.-----

----- Concluiu, assim, considerando que o Senhor Presidente da Câmara e o Partido Socialista, que representam a Câmara na Vereação, já deveriam ter acordado há mais tempo para a defesa do Tribunal, porque entretanto já será tarde, já não conseguirão barrar o inimigo, que se encontra país, no governo. Considerou, ainda, a terminar, que aquelas três forças políticas estariam quase em pleno acordo na destruição do país, e que não era por acaso que queriam uma refundação e queriam mudar tudo, para oitenta anos atrás.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que proferiu as palavras que de seguida se tentam transcrever na íntegra:-----

----- "Só uma chamada de atenção ao colega do PCP. A Ordem dos Advogados, a Delegação de Anadia, já teve oportunidade de tornar pública a sua posição relativamente a esta questão do Tribunal de Anadia. Foi noticiada nos jornais na altura própria. É só esta chamada de atenção que eu queria fazer.-----

----- Relativamente ao assunto que nos traz aqui hoje, não ponho em causa a proposta que já



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

havia sido apresentada, obviamente. O CDS também teve oportunidade de contribuir para a mesma. Nem vou colocar a questão pela inexistência de efeito útil relativamente quando é que foi enviado este pedido de contributo pela Associação Nacional de Municípios, não está aqui nenhum documento que comprove a respetiva data, nem o mesmo. Nem se foi dirigido ao Presidente da Assembleia Municipal ou à Câmara Municipal. Não vale a pena estar a entrar por aí. Vamos enviar o nosso contributo, e isso é que interessa.-----

----- A razão não há dúvida que está do lado de Anadia. Agora, há aqui três pontos que eu acho que são importantes, que têm a ver com o tratamento que estamos a dar à Senhora Ministra da Justiça, independentemente de ser do PSD. Efetivamente, como já alguém disse no nosso concelho, "não se apanham moscas com vinagre". E, ou nós, efetivamente, temos iniciativas, iniciativas construtivas, e não meras manifestações de intenções que não levam Anadia ao estado em que deveria estar, enquanto concelho que reúne todas as condições para aumentar as valências que tem no âmbito da justiça. Portanto, este ponto é importante. Devemos tratar este assunto, e nomeadamente com a Senhora Ministra da Justiça, com alguma elevação e não numa atitude de "bota abaixo" já que não temos nada, vamos acabar com o resto. Não. Acho que deve ser de uma forma construtiva, apresentando soluções, insistindo. Não basta tentar uma vez e não conseguir e baixam-se os braços. Não. Deve-se insistir e há várias formas de o "gato ir às filhoses".-----

----- Depois, também tenho que salientar um ponto importante, que é a falta de iniciativas por parte do Executivo de Anadia. Efetivamente, apresentámos a proposta e desde então nada mais foi feito. O Presidente da Câmara, como já tive oportunidade de dizer nesta casa, não participou, ao contrário dos colegas Presidentes de Câmara dos diferentes concelhos que também vão ser lesados com a Reforma, o Senhor Presidente da Câmara de Anadia não participou nas reuniões que foram efetuadas pelo Bastonário da Ordem dos Advogados relativamente a esta questão da Reorganização, nem na primeira, nem na segunda, nem na terceira. Portanto, isto para dizer o quê? Para dizer que há outras formas de conseguir ultrapassar esta questão que é extremamente nefasta para o concelho de Anadia.-----

----- Depois, uma ressalva, também, à questão do Hospital e, porque não, do parque escolar, Senhor Presidente da Câmara. Efetivamente, vemos este assunto a ser tratado, embora que mal, na ótica do CDS-PP de Anadia, mas no entanto, relativamente ao parque escolar e ao Hospital, não vemos iniciativa nenhuma do Executivo Municipal. Continuamos sem qualquer tipo de proposta, não vemos o Presidente de Câmara empenhado em resolver esta situação e já chega de pôr as culpas nos outros. Quer dizer, nós andamos aqui a tentar encontrar desculpas para aquilo que não fazemos. Portanto, e o Senhor Presidente da Câmara, como elemento do Executivo, deve ser o primeiro a tomar esse tipo de iniciativas.-----

----- O meu voto vai ser obviamente de repúdio contra esta questão. O voto do CDS-PP vai ser de repúdio contra esta questão. Portanto, só gostava que o Senhor Presidente de Câmara tivesse em atenção estas chamadas de atenção e este contributo que o CDS pretende dar."-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do PPD/PSD.-----

----- O Senhor Deputado António Rafael Timóteo, depois de cumprimentar os presentes, disse pretender dar um conselho ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. Perante o filme que disse que vinham vivendo, que era o de matar Anadia devagarinho, com os vários episódios que tinham havido, na saúde, na educação e entretanto na justiça, comentou que provavelmente estariam a dirigir-se à pessoa errada. Assim, considerou que talvez a única hipótese que lhes restava era mandarem aquela missiva ao Ministro das Finanças, porque ele, sabendo o dinheiro que iria ser estragado, uma vez que Anadia tem instalações como deve ser, que estariam a ser desperdiçadas para ir construir mais um elefante branco num concelho vizinho, talvez pusesse mão a essa catástrofe que se estava a passar na reorganização da justiça.-----

----- Portanto, apelou à Assembleia para que todos os Senhores Deputados, como membros de uma sociedade civil que estava a começar a ficar farta daquela matança a que estavam a condenar o concelho de Anadia, para não ficarem só por aquelas palavras e por aquela maneira civilizada de reagir ao ataque que estava a ser feito ao concelho. Disse, também, que em sua opinião a Assembleia teria de reagir, porque, como comentou, "tentámos apanhar as moscas com mel e tentámos apanhá-las devagarinho, mas estas moscas nem com mel nem com nada, temos mesmo é que as matar com *raid*" e não via outra solução para a questão.-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Tiago Coelho, do Grupo Municipal do PS que disse pretender apenas fazer uma observação ao Senhor Deputado João Morais. Pegando no que o Senhor Deputado João Morais tinha dito quanto ao diabo andar por aí, o Senhor Deputado Tiago Coelho lembrou o Senhor Deputado João Morais que tinha sido o seu próprio partido a ajudar a colocar o anterior Executivo abaixo, Executivo esse que relativamente à questão do Tribunal até tinha aumentado as competências no concelho de Anadia.-----

----- Aproveitou, entretanto, para referir que o Partido Comunista, que tanto gostava de falar do Partido Socialista e dizer que não era um partido de esquerda, e que o Partido Comunista, sim, era um verdadeiro partido de esquerda, disse pensar que começava a ser altura, principalmente para a nova geração, dos Senhores do Partido Comunista engolirem o PREC e darem um certo lugar às novas gerações comunistas que existiam, que não eram assim tão poucas.-----

----- Aproveitou também a oportunidade para questionar o Partido Comunista, que comentou ter sido sempre o paladino dos defensores dos cidadãos no concelho de Anadia, e das estruturas, onde estava o Senhor João Morais e os seus camaradas na defesa do Tribunal, ou onde estava a agitação social que sempre se tinha visto nos governos socialistas, nomeadamente na questão da saúde. O Senhor Deputado concluiu, pedindo desculpa pelo facto de ter pedido a palavra para fazer aquele pequeno reparo, apesar de reconhecer que não tinha propriamente a ver com o assunto que estava em discussão.-----

----- Acabado de entrar na sala o Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer ao Senhor



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deputado que o plenário se encontrava a discutir o último ponto da ordem do dia daquela sessão extraordinária e que iria permitir a presença do Senhor Deputado mas, como deveria compreender, não teria senha de presença.-----

----- Entretanto, e para usar do direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU, que começou por dizer ao Senhor Deputado Tiago Coelho que era membro do Partido Comunista, mas não era dono do Partido Comunista. E acrescentou que o Partido Comunista era regido por um coletivo e não por uma posição individual.-----

----- Quanto à defesa do Tribunal, recordou que na última sessão da Assembleia Municipal tinha chamado a atenção do Partido Socialista, e do Partido do Executivo, para o facto de que o PCP estava disposto a lutar na unidade de ação, nas lutas que o Executivo e a Vereação liderassem, por pensar que não seria fácil o Partido Comunista vencer sozinho aquela batalha contra o demónio, que era um demónio triunvirato.-----

----- Referiu, ainda, que se fosse fácil vencer, com certeza que o país seria diferente, e aproveitou para afirmar que o Partido Comunista respeitava as posições dos partidos com assento na Assembleia e apoiava as lutas que eles desenvolvessem, por ser contra o encerramento do Tribunal de Anadia. Entretanto, recordou que o Senhor Deputado Tiago Coelho, apesar de ainda ser muito jovem, com certeza já teria ouvido naquela Assembleia, representantes do seu partido afirmar publicamente que era para bem do país e do povo reduzir salários, na altura em que o país era governado pelo Primeiro-Ministro que queria o PEC quatro. Sublinhou, então, que já na altura o Partido Comunista dizia que tinha sido esse mesmo Ministro a começar a retirar salários aos trabalhadores da função pública.-----

----- A finalizar, pediu ao Senhor Deputado Tiago Coelho para tomar umas vitaminas para recuperar a sua memória e para ser mais coerente nas afirmações que fazia.-----

----- Na sequência da intervenção efetuada pelo Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal, do Grupo Municipal do PS, que considerou que quem estava a precisar de vitaminas para a memória era o Senhor João Morais. Solicitou, entretanto, ao Senhor Deputado João Morais para dizer quem do PS tinha defendido publicamente, numa sessão da Assembleia, reduzir salários.-----

----- Para responder à questão colocada pelo Senhor Deputado Cardoso Leal, do Grupo Municipal do PS, o Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU que referiu que o Senhor Deputado Cardoso Leal deveria ter os rascunhos da intervenção que tina efetuado nas comemorações do vinte e cinco de abril de dois mil e dez, tendo perguntado, mesmo se teria, porque a não ter, pedia para ouvir a gravação da intervenção do Senhor Deputado na sessão de vinte e cinco de abril de dois mil e dez.-----

----- Antes de passar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se pretendia que



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o reparo que tinha sido efetuado em relação ao texto apresentado pela Câmara Municipal, nomeadamente à sua página oito, em que eram mencionadas as diligências de dois mil e doze, passar a ser referido que as mesmas diziam apenas respeito às diligências agendadas entre janeiro e junho do ano e curso, ou se a Câmara Municipal via alguma incompatibilidade naquele acrescento aos dados mencionados no texto. O Senhor Presidente da Câmara Municipal, prontamente, declarou não ver qualquer inconveniente.-----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por referir que se calhar a intervenção do Senhor Deputado António Rafael Timóteo tinha alguma razão de ser, considerando tratar-se de um governo em que parece que cada um fala para o seu lado, e de uma maneira num lado e de outra maneira noutro, tendo dado o exemplo da questão da TSU (taxa social única). Considerou, ainda, que os elementos do Governo se encontram pouco para falar e, por isso, o Senhor Deputado António Rafael Timóteo teria alguma razão quando sugeria para remeter o documento também ao Ministro das Finanças, atendendo às despesas que teria com a construção de um Tribunal novo.-----

----- Aproveitou, também, para ir mais além do proposto pelo Senhor Deputado, sugerindo, e a ser possível a Assembleia fazê-lo, naturalmente sob proposta da Câmara, remeterem o documento não só ao Ministro das Finanças, mas também ao Dr. Passos Coelho, ao Dr. Relvas, ao Ministro das Finanças e à Ministra da Justiça, porque seria mais um papel e não ficariam a dizer que a Ministra da Justiça, ou que a Associação Nacional de Municípios Portugueses, tinha feito um documento aglutinador de todas aquelas propostas e o Governo nem sabia da posição da Assembleia Municipal.-----

----- Dirigindo-se ao Senhor Deputado António Rafael Timóteo, justificou que provavelmente seria útil para Anadia dar a conhecer o documento a todos aqueles elementos do Governo, até porque não sabia quem seria mais ou menos influente, e porque não também, ao Dr. Paulo Portas, por ser um homem bem representado em Anadia.-----

----- Concluiu, declarando que a proposta ficava no ar e, sendo entendimento do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, poderia trabalhá-la de maneira a que pudesse seguir uma tramitação adequada e que pudesse, efetivamente, fazer com que o município viesse a ganhar com a divulgação.-----

----- No seguimento da intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do PD/PSD, que acrescentou, à sugestão que tinha apresentado ao Senhor Presidente da Câmara Municipal imediatamente antes, que provavelmente seria melhor mandarem também à concelhia do partido, do PSD local, porque, aparentemente, eles não saberiam que aquilo estava a acontecer, porque não tinham uma posição. Portanto, sugeriu que fosse feita mais uma cópia para enviarem à direção da concelhia do seu partido.-----

----- No seguimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que não escolhia protagonistas, mas queria recordar



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que a moção anteriormente aprovada pela Assembleia Municipal tinha sido dada a conhecer a Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, à Senhora Presidente da Assembleia da República, ao Senhor Primeiro-Ministro, à Senhora Ministra da Justiça e ao Senhor Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, pelo que poderia ser enviada a todos, para ver se faziam alguma coisa, até porque havia umas pessoas mais sensíveis que outras.-----

----- Quanto ao que tinha dito o Senhor Deputado António Rafael Timóteo, pediu desculpa mas disse que não queria fazer qualquer tipo de intervenção partidária, em termos de sugestão, que pudesse pôr em causa a coesão do seu partido.-----

----- Concluído o período de intervenções dos Senhores Deputados, e antes de dar início à votação daquele ponto três da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal chamou a atenção dos Senhores Deputados de que a Mesa iria enviar o documento proposto pela Câmara Municipal a todas as instâncias que julgasse importantes, e não apenas à Associação Nacional de Municípios Portugueses. Entretanto, submeteu, desde logo, à votação dos Senhores Deputados os Contributos apresentados pela Câmara Municipal, a solicitação a Associação Nacional de Municípios Portugueses, sobre os projetos de diplomas legais, Lei da Organização do Sistema Judiciário e Regime de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciários, nos termos da alínea n), do n.º 1, do artigo 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia, constante do ponto três da ordem do dia daquela sessão extraordinária do dia vinte e nove de outubro, com a retificação da página oito do documento, nos termos em que o Senhor Presidente da Câmara decidiu aceitar.-----

----- Decorrida a votação, anunciou que os Contributos apresentados pela Câmara Municipal, a solicitação a Associação Nacional de Municípios Portugueses, sobre os projetos de diplomas legais, Lei da Organização do Sistema Judiciário e Regime de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciários, nos termos da alínea n), do n.º 1, do artigo 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia, tinham sido aprovados por unanimidade, com trinta e cinco votos a favor, encontrando-se ausente a Senhora Deputada Mónica Rita Pimenta Lousado, do Grupo Municipal do PS.-----

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer ao plenário da apresentação à Mesa de uma proposta subscrita pelo Senhor Deputado Manuel Maria Cardoso Leal, do Grupo Municipal do PS, que passou a ler e se reproduz:-----

----- "Face à proposta de Lei de Organização do Sistema Judiciário, que desvaloriza o Tribunal de Anadia à revelia de qualquer racionalidade económica, pois que desativa um Tribunal em excelentes condições, ao mesmo tempo que prevê construir um outro tribunal a menos de dez quilómetros de distância, sem consideração por um historial de quase duzentos anos dos serviços judiciários prestados na Comarca de Anadia, e sem consideração pela recente reorganização implementada no âmbito da Comarca Piloto do Baixo Vouga, a Assembleia Municipal de Anadia aprovou um voto de repúdio a esta proposta de lei e ao Governo por ela responsável. Este voto de repúdio deve ser enviado ao Senhor Presidente da República, à Senhora Presidente da Assembleia da República, ao Senhor Primeiro-Ministro e aos Grupos



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Parlamentares da Assembleia da República.”-----

----- Dada a conhecer a proposta apresentada pelo Senhor Deputado do Grupo Municipal do PS, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que a mesma iria ser submetida à votação dos Senhores Deputados aquela proposta que vinha no seguimento da discussão que tinha tido lugar anteriormente, e que consistia numa proposta de repúdio em relação à proposta de lei e ao Governo que por ela é responsável.-----

----- Concluída a votação da proposta apresentada pelo Senhor Deputado Manuel Maria Cardoso Leal, do Grupo Municipal do PS, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que a mesma tinha sido aprovada por maioria, com trinta e três votos a favor, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, do Grupo Municipal do PS e do Senhor Deputado do Grupo Municipal da CDU, duas abstenções, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, e zero votos contra, encontrando-se ausente a Senhora Deputada Mónica Rita Pimenta Lousado, do Grupo Municipal do PS.-----

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto três da ordem do dia.-----

----- Deu entretanto a conhecer que a Mesa tinha recebido uma proposta do Grupo Municipal do PPD/PSD, subscrita pela sua líder, a Senhora Deputada Maria Lúcia Araújo, para, nos termos da alínea a), do n.º 1, do Artigo 20.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia, aprovar em minuta os pontos um e três da ordem do dia, a fim de produzirem efeitos de imediato.-----

----- Depois de submeter à votação dos Senhores Deputados a proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PPD/PSD, de aprovação em minuta dos pontos um e três da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que a mesma tinha sido aprovada por unanimidade, com trinta e cinco votos a favor, encontrando-se ausente a Senhora Deputada Mónica Rita Pimenta Lousado, do Grupo Municipal do PS.-----

----- Antes de dar por encerrada a sessão extraordinária do dia vinte e nove de outubro de dois mil e doze, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal chamou a atenção dos Senhores Deputados Municipais para a proposta de lei do Orçamento de Estado para dois mil e treze, parecer da proposta da Associação Nacional de Municípios Portugueses, e adiantou que tinha sido distribuída, de acordo com as decisões do Grupo de Liderança, uma proposta a cada Grupo Municipal. Informou, igualmente, que aquela proposta se encontrava disponível para análise na página web da Câmara Municipal. Esclareceu, ainda, e de acordo com o solicitado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, tratar-se de um parecer para conhecimento de todos os Senhores Deputados Municipais daquela Assembleia.-----

----- Mesmo a terminar, referenciou, ainda, que como provavelmente seria do conhecimento geral, nos próximos dias oito e nove de novembro, a Estação Vitivinícola da Bairrada celebrava cento e vinte e cinco anos, para o que tinha sido distribuído um convite aos Senhores Deputados para estarem presentes nas comemorações dos cento e vinte e cinco anos daquela Estação.-----

----- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

presença e a participação de todos e, de imediato, deu por encerrada a sessão extraordinária do dia vinte e nove de outubro de dois mil e doze, quando eram vinte horas e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

O Presidente -

O Primeiro Secretário -

A Segunda Secretária -
